

**FACULDADE DE LETRAS**

**Universidade do Porto**

**GUIA DO ESTUDANTE**

**Sociologia**

**2º ano**



**EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO**

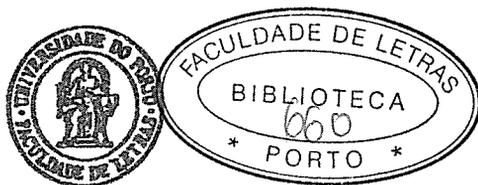
**1993/94**

**FACULDADE DE LETRAS**

**Universidade do Porto**

**GUIA DO ESTUDANTE**

**XIV**



**EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO**

**1993/94**

378(05)  
Guer.

Guia do Estudante da FLUP. SOC. 2º ano  
Vol. 14, 1993-94  
Publicação Anual

Dactilografia: Ana Cristina Mendes  
Execução e Impressão: Oficina Gráfica  
Tiragem: 150 exemplares



# INTRODUÇÃO



# GUIA DO ESTUDANTE

## INTRODUÇÃO

A publicação anual do Guia do Estudante é uma tradição que os sucessivos Conselhos Directivos da FLUP têm mantido, respondendo desta forma à necessidade de fornecer aos alunos uma resenha tanto quanto possível completa dos conteúdos programáticos e das bibliografias essenciais das diversas disciplinas dos diferentes cursos ministrados na Faculdade.

Esta é a 14<sup>a</sup> edição. Para além do apoio à actividade de leccionação propriamente dita, o Conselho Directivo pretende fornecer ao estudante um conjunto de informações que importa conhecer para que a vida académica decorra sem sobressaltos nem improvisações.

De entre as matérias contidas no Guia, permitimo-nos chamar a atenção para dois aspectos: o primeiro refere-se às normas de avaliação. Tratando-se de matéria muito sensível e importante para a vida de cada um, é fundamental que as regras dimanadas do Conselho Pedagógico sejam bem conhecidas por todos os interessados, que neste caso são os alunos mas também os docentes. O segundo tem a ver com a produção do saber que uma Faculdade digna não pode descuidar: por isso, indicar-se-ão as Publicações, os Colóquios, os Congressos e outras reuniões científicas em que a Faculdade se empenhou ou vai empenhar.

O passado tem confirmado a inegável e a plural utilidade desta brochura. Oxalá a edição de 1993/94 continue a prestar os serviços relevantes conhecidos e possa constituir um elo de união entre todos os que intervêm na nossa comunidade escolar.

Porto e Faculdade de Letras, Agosto de 1993

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO

\*\*\*\*\*

## ÓRGÃOS DE GESTÃO DA FACULDADE

Assembleia de Representantes  
Conselho Directivo  
Conselho Científico  
Conselho Pedagógico  
Conselho Administrativo  
Conselho Consultivo.

\*\*\*\*\*

## SERVICOS DA FACULDADE

### A - Secretaria

Sector de Matrículas e Inscrições  
" de Equivalências  
de Mudanças de Curso.

Horário normal de abertura ao público:  
de 2ª a 6ª feira: 14H00 - 16H30  
Encerra ao Sábado.

### B - Tesouraria

Horário de atendimento:  
de 2ª a 6ª feira: 9H30 - 11H30  
14H30 - 16H30  
Encerra ao Sábado.

## C - Biblioteca Central

A Biblioteca Central constitui um serviço de fundamental importância da FLUP e por isso tem merecido uma atenção particular por parte dos Conselhos Directivos.

São utentes de direito da Biblioteca os docentes e os alunos da FLUP. Em casos devidamente justificados, porém, outras pessoas podem utilizar os seus serviços, nomeadamente a pesquisa na Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase").

Para consulta das obras da Biblioteca Central os utilizadores devem possuir o cartão de leitor, o qual deverá ser revalidado todos os anos depois de efectuadas as inscrições.

### 1. Tipos de leitura:

- a) de presença: na Sala de Leitura (horário afixado);  
na Sala de Obras de Referência (livre acesso);
- b) domiciliária: normas regulamentares afixadas na Sala de Leitura.

### 2. Sala dos Catálogos:

- a) Onomástico
- b) Didascálico
- c) CDU (Classificação Decimal Universal)
- c) Cardex (Publicações Periódicas)
- d) "Porbase" (através do terminal ligado em linha à Base Nacional de Dados Bibliográficos)
- e) Bases de dados locais.

Nota. As obras entradas depois de 1988 encontram-se integradas na Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase"), e nas bases de dados locais, pelo que não devem ser procuradas nos catálogos tradicionais.

Tanto os catálogos tradicionais como a "Porbase" incluem também obras de alguns Institutos e Centros sediados na Faculdade, identificáveis pelas respectivas siglas.

Como é de norma em todas as Bibliotecas, as obras classificadas de "Reservados", as de "referência" (dicionários, enciclopédias), as teses e as revistas e publicações periódicas não podem ser requisitadas para leitura domiciliária.

O mesmo se aplica às obras pertencentes ao "Fundo Primitivo".

3. Horário de leitura: (Excepto nos períodos de férias)

2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H00

4. Leitura de presença

4.1. Obras em depósito.

4.1.1. Para a leitura de presença, o leitor só pode requisitar 3 obras de cada vez.

4.2. Obras em livre acesso (Sala de leitura e de Referência)

4.2.1. A estas obras poderá o leitor aceder directamente, ficando estabelecido que não deverá voltar a colocá-las nas estantes, mas num local designado para esse efeito.

5. Leitura domiciliária

5.1. Podem ser requisitadas 3 obras diferentes simultaneamente.

5.2. O empréstimo de obras para leitura domiciliária processa-se entre as 14h e as 18h e a sua devolução deverá ocorrer impreterivelmente 48 horas depois de terem sido requisitadas.

5.3. As requisições das mesmas obras podem ser renovadas, quando não haja prejuízo para outros leitores.

6. Os alunos invisuais dispõem do aparelho Optacon oferecido pela Fundação Calouste Gulbenkian e instalado na Biblioteca Central.

7. Estão disponíveis para pesquisa em CD-ROM diversas bases de dados cuja utilização obedece a um regulamento afixado na Biblioteca.

8. Serviço de informação bibliográfica da Biblioteca Central da Faculdade:

Boletim Bibliográfico (Semestral), 1979 ss.

Núcleo de Teses Existentes na Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo I", Porto, 1989.

Trabalhos de Docentes da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo II", Porto, 1989.

Núcleo das Obras que constituem o Fundo Ultramarino da Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo III", Porto, 1990.

Núcleo Documental do Instituto de Estudos Norte-Americanos, "Boletim Bibliográfico - Anexo IV", Porto, 1990.

Bibliografia Temática:

- 1- "Biblioteconomia e Documentação", 1989.
- 2- "Educação, Pedagogia, Didática", 1989.
- 3- "Biblioteconomia, Documentação, Arquivística", 1989.
- 4- Biblioteconomia. Documentação. Arquivística, 1991.
- 5- Literatura Medieval. Cultura Medieval, 1992.
- 6- Sociologia, 1992

Boletim de Sumários, 1988 ss.

Reservados da Biblioteca Central, 1ª ed., 1989; 2ª ed., 1990

Núcleo Documental do Instituto de Estudos Ingleses, Porto, 1991

Dissertações Académicas, Porto, 1992

Núcleo Documental da Sala Brasileira, Porto, 1992

Para além da Biblioteca Central, existem na Faculdade Institutos, Salas e Centros de Investigação:

Instituto de Estudos Ingleses

- " de Estudos Norte Americanos
- " de Estudos Germanísticos
- " de Geografia
- " de Cultura Portuguesa
- " de Arqueologia
- " de Documentação Histórica Medieval
- " de Filosofia e História da Filosofia
- " de História de Arte
- " de Língua Portuguesa
- " de Literatura Comparada
- " de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa
- " de Sociologia
- " de Ciências da Educação
- " de Estudos Franceses

Sala Brasileira

- " Espanhola
- " Neerlandesa
- " de História Moderna
- " de História Medieval

Centro de História

- " de Linguística
- " de Estudos Semióticos e Literários.

Dependente da Reitoria da Universidade, mas sediado na FLUP, funciona o Centro Norte de Portugal-Aquitânia (CENPA).

Obs.: O acesso de alunos a algumas destas unidades está condicionado, de acordo com as normas da direcção de cada uma delas.

\*\*\*\*\*

#### D - Oficina Gráfica - Balcão de Vendas

Serviço de reprografia da Faculdade e de venda de publicações; apoia as actividades pedagógicas, de investigação e administrativas da escola. Preçário fixado pelo Conselho Directivo.

Horário de atendimento ao público:

2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H30

\*\*\*\*\*

#### BAR

Presentemente, o serviço de cafeteria e de "snack" é assegurado por exploração dependente da Associação de Estudantes da Faculdade.

Horário:

2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H00

Encerra ao Sábado, normalmente.

\*\*\*\*\*

#### PARQUE DE ESTACIONAMENTO

Reservado aos elementos da FLUP. Entrada pela Travessa de Entre Campos. Possui zonas demarcadas, que devem ser respeitadas para comodidade de todos.

No interior do parque aplicam-se todas as normas jurídicas sobre responsabilidade civil por danos causados a terceiros.

Horário:

2ª a 6ª feira - 7H30 - 23H00

Sábados- 7H30 - 13H00.

\*\*\*\*\*

### ACTIVIDADE ESCOLAR

#### A. Cursos de Licenciatura

História

História (Variante Arte)

História (Variante Arqueologia)

Filosofia

Línguas e Literaturas Modernas (Est. Port; Est. Port/Franc; Est. Port/Ingl; Est. Port/Alem; Est. Ingl/Alem; Est. Franc/ Alem; Est. Franc/Ingl.)

Geografia

Sociologia.

#### B - Cursos Profissionalizantes:

a) Ramo educacional:

regime transitório

regime normal (3º, 4º e 5º anos).

b) Tradução

#### C - Cursos de pós-graduação:

a) Mestrados: História Medieval

História Moderna e Contemporânea

História da Arte

Arqueologia

História da Cultura Portuguesa (Época Moderna)  
Filosofia do Conhecimento  
Filosofia Medieval  
Literaturas Românicas Modernas e Contemporâneas  
Estudos Anglo-Americanos  
Linguística Portuguesa Descritiva

b) Curso de Especialização em Ciências Documentais - Opção "Bibliotecas e Documentação"; Opção "Arquivos"

c) Curso de Pós-Graduação em Museologia.

D - Curso de Português para Estrangeiros.

E - Cursos de Formação Contínua de Professores.

F - Actividades de extensão cultural - O Ciclo de Conferências promovidas pelo Conselho Directivo no ano lectivo anterior, terá continuidade no presente ano lectivo. Foi já publicado o texto da 1ª Conferência, proferida em 31 de Março de 1993: SOVERAL, Eduardo Abranches de, Meditação Heideggeriana, Conferências da FLUP, Ed. do Conselho Directivo, 1993

\*\*\*\*\*

#### INDICAÇÕES PEDAGÓGICAS (Síntese):

Os alunos devem ter em atenção o regime e tabela de precedências em vigor, assim como as Normas de avaliação aprovadas pelo Conselho Pedagógico.

## 1. RAMO EDUCACIONAL:

### Regime transitório (Port. 850/87):

#### 1º ano:

a) os alunos que concluem a licenciatura (plano de estudos antigo) têm direito a candidatar-se à inscrição no 1º ano no primeiro curso aberto após a conclusão da licenciatura;

b) equivalências concedidas:

em Filosofia: Filosofia da Educação a Introdução às Ciências da Educação;

em LLM: Didáctica da Língua Inglesa a Metodologia do Inglês.

#### 2º ano:

a) estágio nos locais fixados pela Direcção Regional de Educação do Norte;

b) seminário semanal na Faculdade (3 horas);

c) admissão ao estágio com aproveitamento em todas as disciplinas do 1º ano (na época de Julho; os alunos que terminam o 1º ano do regime transitório na época de Setembro e de Dezembro só podem concorrer a lugares de estágio em Julho do ano seguinte).

### Regime normal (Port. 850/87):

1. Para poder candidatar-se ao ramo educacional - regime normal - o aluno deve estar em condições de passagem para o 3º ano do curso (isto é, com o máximo de duas disciplinas em atraso).

2. A média para seriação dos candidatos é calculada com base nas classificações da totalidade das disciplinas do 1º e do 2º ano, menos duas (se o aluno não tem disciplinas em atraso), ou menos uma (se só tem uma em atraso).

Obs.: Para os efeitos indicados no número precedente, não são levadas em conta as classificações mais baixas obtidas pelo aluno até à data.

Notas:

I - O regulamento dos estágios, encontra-se publicado na Port. 659/88, de 29 de Setembro.

II - Os alunos devem ler com cuidado todos os avisos afixados sobre esta matéria antes de se dirigirem à Secretaria.

III - Informa-se que a Unidade de Apoio aos Alunos Deficientes (UAAD), da Pró-Reitoria da Universidade (Acção Social Universitária e Assistência Médica), presta apoio psico-social e médico-pedagógico aos estudantes invisuais. Neste âmbito a UAAD promove também a passagem de textos de apoio em Braille, com a colaboração da Associação de Cegos do Norte de Portugal.

No que concerne a aquisição do material específico, por parte destes alunos, dispõem os mesmos de cassetes, a preço mais acessível, no Centro de Documentação e de material didáctico dos Serviços Sociais da Universidade do Porto (SSUP).

Mais se informa que a Pró-Reitoria aguarda uma resposta da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sobre uma proposta de colaboração para a gravação de textos de estudantes invisuais da Universidade do Porto.

**2. CURSOS DE TRADUÇÃO - Para alunos de LLM (Port. 850/87):**

a) Os alunos interessados nestes cursos poderão optar pelo curso de tradução em Inglês-Português, de Francês-Português ou de Alemão-Português.

b) Serão candidatos à admissão nestes cursos, os alunos inscritos no 2º ano, que reunam as condições de transição para o 3º ano do respectivo curso.

c) Os candidatos serão seleccionados de acordo com as médias obtidas nos dois primeiros anos do curso.

\*\*\*\*\*

### INDICAÇÕES ACADÉMICAS (Síntese):

1. No prazo de 7 dias a contar da afixação do respectivo aviso (ou pauta) ou da data do correio, os alunos devem dar cumprimento aos deferimentos favoráveis exarados nos requerimentos que tenham apresentado à Faculdade.
2. Mudança de variante em LLM: os pedidos dos alunos da FLUP só podem ser considerados depois de terem completado todas as disciplinas do 1º ano em que se inscreveram.
3. Curso de Ciências Documentais (pós-graduação) - as disciplinas em atraso do curso anterior podem ser feitas no curso seguinte.

#### Notas:

1. Para as restantes informações, devem os alunos consultar o folheto Indicações Úteis aos Alunos, difundido gratuitamente pela Universidade do Porto.
2. Chama-se a especial atenção dos alunos para os avisos sobre a micro-radiografia.

\*\*\*\*\*

## NORMAS DE AVALIAÇÃO

(Aprovadas pelo Conselho Pedagógico em 21.7.92)

No desempenho das funções que lhe competem segundo os Estatutos da Universidade do Porto e os Estatutos da Faculdade de Letras e de acordo com a legislação em vigor, o Conselho Pedagógico aprovou as Normas de Avaliação de Conhecimentos para o ano lectivo de 1992-1993. Estas Normas contêm algumas alterações pontuais relativamente às normas vigentes no ano anterior, por se ter entendido que era necessário reajustar alguns dos critérios às necessidades que a prática pedagógica demonstrou existirem. Em alguns outros casos entendeu-se por bem ser-se mais claro e rigoroso na formulação dessas mesmas normas; finalmente, o Conselho deliberou propor à Escola a abolição das segundas chamadas da primeira época, alargando, em contrapartida, o número de exames que os alunos podem realizar na segunda época (Setembro). (À data da publicação deste Guia esta proposta aguarda ainda parecer favorável do Conselho Científico da FLUP e subsequente homologação da Reitoria).

### *A. MODALIDADES DE AVALIAÇÃO*

#### Artº 1º - Caracterização das modalidades de avaliação

1. Admitem-se as seguintes modalidades de avaliação:

- a. Avaliação contínua.
- b. Avaliação periódica.
- c. Avaliação final.

2. Nos termos do ponto 1 do artigo 5º é permitida a combinação, numa mesma cadeira, da modalidade de avaliação contínua com uma das outras modalidades de avaliação.

3. Além das modalidades de avaliação referidas há ainda o caso particular das disciplinas que funcionam em seminário e que têm requisitos especiais regulamentados nestas normas no artigo 18º.

4. Em disciplinas determinadas pelo respectivo docente poderão existir, em alternativa ou em combinação com outras modalidades, trabalhos de investigação ou de campo definidos nos termos dos artigos 2º e 17º.

5. Em casos determinados em consequência do conteúdo científico da disciplina, pode ser obrigatória a existência de trabalhos de campo ou de investigação.

#### Artº 2º - Definição inicial da avaliação e sua apresentação

1. No início do ano lectivo, ao apresentar o programa da disciplina, o docente deve comunicar o plano de avaliação e dialogar com os alunos acerca dos seus diferentes aspectos, explicitando de acordo com as disposições respectivas destas normas:

- a) Objectivos pedagógico-didácticos;
- b) modalidades de avaliação, com referência à existência ou não de avaliação contínua e à forma como, dentro dos limites impostos nestas normas, eventualmente será combinada com outras modalidades;
- c) existência ou não de trabalhos de investigação obrigatórios e/ou facultativos;
- d) os índices e critérios de ponderação final de cada uma das componentes de avaliação (trabalhos de investigação, trabalhos de campo, diferentes componentes de avaliação nas aulas práticas e teóricas, seja em avaliação periódica, seja em avaliação contínua).
- e) o número e o tipo de testes mínimo para a respectiva disciplina na modalidade de avaliação contínua.

2. Aquilo que for definido em 1. deve obrigatoriamente ser registado pelo docente respectivo no livro de sumário máximo até ao 5º sumário.

3. O plano de avaliação terá em conta as condições concretas de funcionamento de cada disciplina, nomeadamente:

- a) número de alunos;
- b) número de docentes;
- c) natureza da disciplina e conteúdos leccionados.

4. Todos os alunos devem tomar conhecimento desde o início do ano lectivo do plano de avaliação de cada uma das disciplinas em que estão inscritos. Em caso algum poderão invocar desconhecimento desse plano nos momentos de avaliação.

## **B. AVALIAÇÃO CONTÍNUA**

### **Artº 3 - Tipos de provas**

1. A modalidade de avaliação contínua terá no mínimo seis provas por ano lectivo distribuídas regularmente consistindo na realização complementar ou em alternativa de vários tipos de provas: trabalhos escritos e orais, relatórios de leitura ou de trabalho de campo, elaboração de bibliografias críticas, testes escritos ou orais, etc.

2. Uma das provas tem de ser um teste escrito realizado na própria sala de aula e em presença do docente.

3. Os alunos devem ser e estar claramente informados sobre qual o número mínimo de provas necessárias para a aprovação, conforme o registado no livro de sumários nos termos do artigo 2º.

4. Os alunos devem ser e estar informados sobre todos os elementos de avaliação, incluindo os trabalhos orais e a participação oral nas aulas, assim como dos critérios de ponderação adoptados.

5. As classificações de avaliação contínua devem ser regularmente comunicadas ao aluno e publicadas até uma semana antes do prazo limite de desistência de avaliação contínua.

6. As classificações de avaliação contínua são ponderadas em números inteiros na escala de 0 a 20 para efeitos de afixação nas pautas oficiais, conforme o estipulado no artigo 19º destas normas.

### **Artº 4 - Funcionamento das aulas**

1. A avaliação contínua pode ser realizada em qualquer disciplina, em turmas cuja frequência média não exceda 30 alunos.

2. O quantitativo referido no ponto anterior pode ser alterado após autorização do Conselho Pedagógico havendo recomendação do docente ou requerimento dos alunos.

3. As disciplinas ou turmas que funcionam no regime de avaliação contínua podem ter aulas durante a interrupção motivada pelas primeiras provas de avaliação periódica, mediante acordo entre professor e alunos.

### **Artº 5 - Combinação de modalidades de avaliação**

1. Caso exista uma nítida distinção entre aulas teóricas e aulas práticas, uma mesma disciplina pode funcionar simultaneamente com dois tipos de avaliação: avaliação periódica ou final relativamente às aulas teóricas; avaliação contínua relativamente às aulas práticas.

2. A ponderação da parte prática e da parte teórica da disciplina deve, neste caso, ser concretamente explicitada nos termos do artigo 2º, sendo responsabilidade do docente indicar o índice de ponderação efectivo de cada uma delas na média final da disciplina.

3. Nas disciplinas em que esse índice não tenha sido efectivamente fixado, cumprindo o disposto no artigo 2º, vigora uma ponderação de 50% para cada uma das componentes, prática e teórica, sendo para tal obrigatória nota mínima de 8 a cada uma das componentes.

4. Na situação prevista no ponto 1, em caso de avaliação negativa (inferior a 8) numa das componentes da disciplina, a classificação positiva da outra componente poderá ser considerada até à época de recurso ou especial do mesmo ano lectivo.

#### Artº 6 - Exigência de presença às aulas

1. A avaliação contínua obriga à presença do aluno no mínimo em 75 % das aulas.

2. A presença dos alunos é verificada pela assinatura de folhas de presença, sob a responsabilidade do docente.

3. Na situação do número 1 do artigo 5º, os alunos ficam obrigados a este regime de presenças apenas em relação às aulas práticas.

#### Artº 7 - Inscrição e desistência

1. A inscrição nesta modalidade de avaliação é feita no decurso do primeiro mês de funcionamento da disciplina.

2. Os alunos podem desistir da avaliação contínua, até ao fim da primeira semana a seguir às férias do Natal no caso das Línguas Vivas; e até à primeira aula a seguir às férias da Páscoa nas restantes disciplinas. Os alunos que desistirem da avaliação contínua só poderão submeter-se à avaliação final.

3. A desistência efectua-se por comunicação escrita, datada e assinada e entregue pessoalmente ao professor.

#### Artº 8 - Reprovação e direito à época de recurso

1. O aluno que obtenha classificação negativa em avaliação contínua é considerado reprovado, tendo no entanto direito a realizar exame final na época de recurso nas condições fixadas pela lei geral e conforme o estipulado no ponto 5 do artigo 14º.

### C. AVALIAÇÃO PERIÓDICA

#### Artº 9 - Tipos de provas

1. O número de provas a realizar é de duas, sendo uma obrigatoriamente na presença do docente e podendo a outra ser um trabalho realizado fora da aula, desde que previamente acordado entre docente e aluno, nos termos do artigo 2º.

2. Além das disciplinas referidas no ponto um, nas disciplinas em que se entenda necessária a realização de trabalhos práticos ou de campo, estes terão um estatuto próprio e a sua realização deve ser previamente acordada entre docente e alunos, nos termos do artigo 2º.

3. Quaisquer outras provas, orais e escritas, que venham a ser realizadas no âmbito de cada disciplina são facultativas excepto no caso das línguas vivas, conforme o estipulado no artigo 13º, relativo à obrigatoriedade de uma prova oral.

4. As provas só podem incidir sobre matéria leccionada até 8 dias antes da sua realização.

5. Sempre que as classificações das provas que excedam o número mínimo de duas sejam consideradas para efeito de média final, devem ser publicadas em pauta como as restantes.

#### Artº 10 - Repescagem

1. Os alunos em avaliação periódica têm direito, nas condições abaixo indicadas, a uma prova de repescagem a realizar simultaneamente com a primeira chamada do exame final da época normal.

2. A nota de uma das provas de avaliação periódica tem de ser obrigatoriamente positiva para o aluno poder realizar a prova de repescagem.

3. Os alunos que tenham obtido uma nota igual ou inferior a sete valores numa das provas, ou a ela tenham faltado, têm direito a repescagem sobre a matéria respeitante àquela prova nas condições do ponto 2.

4. Também têm direito a realizar a prova de repescagem os alunos que tenham obtido numa das provas 8 valores, desde que a média final não seja positiva.

5. A nota obtida na prova de repescagem anula a nota da prova que substitui.

6. Em caso algum a prova de repescagem se destina a melhoria de nota.

7. Para que os alunos se considerem aprovados em avaliação periódica, a média final tem de ser positiva e em nenhuma das provas obrigatórias a nota pode ser igual ou inferior a sete valores.

### Artº 11 - Inscrição e desistência

1. A inscrição do aluno nesta modalidade de avaliação considera-se efectiva pela sua presença na primeira prova de avaliação periódica.
2. Alunos que não compareçam à primeira prova, mas queiram optar por esta modalidade de avaliação, devem informar o responsável da cadeira até dez dias úteis após o reinício das aulas.
3. Presume-se que um aluno que não cumpra com o disposto em nenhum dos dois pontos acima referidos optou pela modalidade de avaliação final.
4. Um aluno que não compareceu à segunda prova de avaliação periódica perde, por isso, o direito a esta modalidade de avaliação salvo se comunicar ao professor até três dias úteis após a realização da mesma que tenciona manter-se nesta modalidade.
5. Presume-se que um aluno que não cumpra com o procedimento referido no ponto 4 deste artigo optou pela avaliação final.
6. A desistência de uma prova durante a sua realização equivale à classificação de zero valores.
7. Um aluno que compareça a duas ou mais provas de avaliação periódica perde o direito à desistência desta modalidade de avaliação, não podendo realizar exame final na época normal, excepto nos casos contemplados no ponto 7 do artigo 14º, relativo aos alunos do 4º ano.

### Artº 12 - Reprovação e direito à época de recurso

1. O aluno em avaliação periódica que não tenha tido classificação positiva na primeira prova, compareça à segunda e não tenha igualmente classificação positiva nesta ou dela desista, considera-se reprovado.
2. O aluno que obtenha classificação negativa em avaliação periódica é considerado reprovado, tendo no entanto direito a realizar exame final na época de recurso nas condições fixadas pela lei geral e conforme os artigos 14º e 16º das actuais normas.

### Artº 13 - Tipos de provas em línguas vivas

1. Sem prejuízo do exposto nos artigos 9º, 10º e 11º, a avaliação periódica consta de dois tipos de provas: escritas e orais.
2. As provas escritas são em número de duas e precedem a oral, obrigando a uma média mínima de nove valores, sendo uma delas obrigatoriamente positiva.

3. Cabe aos docentes fixar o momento de realização, observando o intervalo mínimo de 48 horas (dias úteis) após a fixação dos resultados das provas escritas, segundo o estipulado no artº 20º.

4. A classificação final deve obter-se pela média entre a nota da prova oral e a média alcançada nas provas escritas e segundo o estipulado no artigo 19º destas normas.

5. Em línguas vivas a prova oral funciona sempre como uma prova autónoma com a finalidade de avaliar a capacidade de expressão oral do aluno, não podendo nunca ser entendida como prova de repescagem das provas escritas.

6. Para efeitos de média final nenhuma das três provas realizadas pode ter uma classificação inferior a oito valores.

#### **D. AVALIAÇÃO FINAL**

##### **Artº 14 - Tipo de provas**

1. O exame final é constituído por uma prova escrita e, se necessário ou requerido, uma prova oral, devendo aquela anteceder sempre esta.

2. Na primeira época de exames finais há apenas uma chamada por cada disciplina, tal como nas épocas de recurso e especial.

3. Nas disciplinas em que seja obrigatória a realização de uma prova prática no exame final, esta poderá ser substituída por um trabalho prático ou de campo previamente realizado ao longo do ano lectivo, desde que para tal haja acordo entre professor e aluno, nos termos do artigo 2º.

4. Os alunos podem realizar exames sem limite quantitativo a qualquer disciplina em regime de avaliação final na época de Setembro.

5. Para os alunos que realizem exames na segunda época (Setembro) como recurso de classificações negativas obtidas na primeira época, em qualquer modalidade de avaliação, existe um limite de duas disciplinas anuais e quatro semestrais.

6. Na época especial (normalmente em dezembro), os alunos podem prestar provas de exame final a duas disciplinas ou quatro semestrais (no máximo), desde que com a aprovação em tais disciplinas reúna as condições necessárias à obtenção de grau ou diploma.

7. Os alunos do 4º ano dos diversos cursos podem realizar recurso da classificação de avaliação periódica ou avaliação contínua na época de exames finais, em alternativa a Setembro.

#### Artº 15 - Exames para melhoria de classificação

1. Os alunos podem requerer melhoria de classificação apenas uma vez a cada disciplina. Esta melhoria pode ser realizada até à época de recurso do ano lectivo seguinte àquele em que os alunos obtiveram aprovação.

2. Os alunos que desejem fazer exames para melhoria de classificação no ano seguinte àquele em que obtiveram a passagem nas disciplinas respectivas, têm de se cingir aos programas leccionados durante o ano lectivo em que terá lugar o novo exame e de prestar provas com o docente ou docentes que ministraram(em) os referidos programas.

3. Os alunos podem requerer melhoria de classificação relativamente a qualquer disciplina e sem restrição numérica de disciplinas.

4. No exame para melhoria de nota prevalece a classificação mais elevada.

#### Artº 16 - Provas orais em avaliação final

1. As provas orais devem realizar-se em salas de aula abertas ao público e perante um júri constituído por um número mínimo de dois docentes ligados à área da disciplina.

2. Cabe aos docentes determinar o momento da realização da prova oral, observando o intervalo mínimo de 48 horas (dias úteis) após a afixação da classificação da prova escrita correspondente.

3. A nota mínima de admissão à prova oral é de nove valores, tendo em conta os arredondamentos fixados no artº 19.

4. Os alunos que obtenham na prova escrita nota igual ou superior a dez valores ficam dispensados da prova oral sem que, no entanto, lhes seja vedado requerê-la no prazo de 48 horas (dias úteis) após a afixação da classificação da prova escrita.

5. Sempre que se realize uma prova oral em avaliação final, o resultado será a média obtida entre a nota da prova escrita e a nota da prova oral, arredondada para números inteiros, na escala 0 a 20, segundo o estipulado no artº 19.

6. Nas disciplinas de línguas vivas a prova oral é sempre obrigatória, desde que o aluno tenha obtido nota igual ou superior a 8 valores.

7. O regime de obrigatoriedade da prova oral pode ser estendido a qualquer outra disciplina que não as línguas por decisão do Conselho Pedagógico, sob proposta do responsável pela disciplina e ouvido o Conselho Científico.

## E. TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO E SEMINÁRIOS

### Artº 17 - Definição de trabalho de investigação

1. Considera-se um trabalho de investigação um trabalho em que haja pesquisa bibliográfica e documental original e individualizada e cuja apresentação e dimensão obedeça a certos requisitos mínimos previamente acordados entre docente(s) e aluno ou grupo de alunos.
2. Os critérios, métodos, prazos e formas de realização devem ser discutidos com o docente no início da realização do trabalho; o docente deve acompanhar de perto a elaboração do trabalho em todos os seus trâmites.
3. Os alunos pertencentes a um mesmo grupo de trabalho podem ter uma classificação diferenciada em função da sua participação individual desde que essa diferenciação seja objectivamente fundamentada e esta possibilidade tenha sido comunicada pelo docente no início do trabalho.

### Artº 18 - Seminários

1. Os seminários são disciplinas incluídas nos currícula das licenciaturas e designadas enquanto tal nos termos da legislação em vigor.
2. Para efeitos de avaliação, docente e aluno ficam obrigados a participar num número de reuniões a determinar no início do seminário.
3. A avaliação a realizar nessas reuniões é de natureza qualitativa.
4. Para todos os efeitos consideram-se essas reuniões equivalentes a provas de qualquer outro sistema de avaliação ainda que sem prejuízo dos trabalhos a realizar.
5. Os trabalhos de investigação realizados no âmbito dos seminários obedecem às normas estipuladas no artigo 17.
6. Todas as decisões quanto às modalidades de avaliação, organização e funcionamento do seminário, deverão ficar registadas no livro de sumários, à semelhança do estipulado no artigo 2º.

## F - APRESENTAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E SUA APLICAÇÃO

### Artº 19 - Forma de apresentação das classificações

1. Todas as notas relativas a provas ou a trabalhos que servem de fundamento à classificação final bem como esta última são publicadas sob a forma de nota quantitativa (escala de 0 a 20) em pautas datadas e assinadas pelo docente da disciplina.
2. As classificações afixadas em pauta são apresentadas em números inteiros.

3. Para o cálculo de médias finais as décimas são arredondadas à unidade por defeito até ao meio valor, exclusive; e por excesso a partir do meio valor, inclusive.

4. Quaisquer outras escalas utilizadas pelo docente no âmbito das suas classificações terão de ser convertidas à escala referida nos pontos anteriores para efeitos de classificações finais e periódicas.

#### Artº 20 - Prazos de afixação das classificações

1. Os resultados da primeira prova de avaliação periódica devem ser afixados até, no máximo, 30 dias antes da realização da primeira prova de avaliação periódica.

2. Os resultados da segunda prova de avaliação periódica devem ser afixados, em dias úteis, até 48 horas antes da realização da prova de repescagem respectiva.

3. Os resultados dos exames devem ser afixados, em dias úteis, até 48 horas antes da realização das provas orais respectivas, com indicação explícita do dia e hora em que estas se realizam.

4. Os resultados das provas orais devem ser afixados no próprio dia em que as provas se realizaram.

5. Os resultados dos exames da segunda época devem ser afixados até 24 horas antes da data do início do prazo das inscrições nas disciplinas do ano lectivo seguinte.

6. Estes prazos vigoram sem prejuízo de quaisquer outros que os Conselhos Pedagógico e Directivo venham a determinar e publicitar em tempo oportuno.

### *G - CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO E CONSULTA DAS PROVAS*

#### Artº 21 - Consulta das provas

1. Os alunos têm direito de consultar as suas provas e outros elementos de avaliação depois de classificadas, desde que na presença do docente.

2. Em caso de prestação de prova oral os alunos têm o direito de conhecer a classificação da prova escrita correspondente.

3. Caso o Conselho Pedagógico considere existir alguma irregularidade processual nas classificações ou lhe seja remetido algum requerimento apontando tais irregularidades, tomará as providências que entender necessárias no sentido de resolver a situação.

#### Artº 22 - Condições de prestação de provas e casos de fraude

1. No início de cada prova o docente deve informar claramente os alunos acerca das condições de prestação da prova.
2. Em caso de fraude comprovável o docente deve anular a prova e comunicar o facto ao Conselho Pedagógico.
3. Caso haja apenas suspeitas de fraude deve o docente comunicar todas as informações sobre a sua fundamentação ao Conselho Pedagógico, o qual tomará posição depois de ouvidas todas as partes envolvidas.
4. No caso de fraude grave comprovada o Conselho Pedagógico comunicará o facto à secção disciplinar do Senado Universitário.

#### Artº 23 - Identificação dos alunos no momento de prestação de provas

1. Os docentes encarregados de vigiar quaisquer provas devem exigir aos alunos documento comprovativo da sua identidade.
2. Os docentes encarregados de vigiar provas de avaliação periódica e exames finais devem fazer circular uma folha de presenças e recolher as assinaturas de todos os alunos presentes; essa folha de presenças devidamente datada e rubricada, deve ser entregue ao docente responsável da disciplina juntamente com as provas respectivas.

### *H - CALENDÁRIO DE PROVAS*

#### Artº 24 - Direito a reclamação relativa ao calendário de provas

1. Dadas as dificuldades na elaboração do calendário nos cursos com múltiplas variantes, está previsto um prazo para reclamações relativas a coincidências de provas de disciplina do mesmo ano. O prazo é de 48 horas (dias úteis) depois de afixados o calendário das provas.
2. As reclamações devem ser dirigidas ao Presidente do Conselho Pedagógico e entregues à Secretaria da Faculdade; o Presidente do Conselho Pedagógico delegará num ou mais membros deste Conselho o poder de resolução destas situações.

\*\*\*\*\*

Calendário das provas em 1992-1993

Avaliação periódica:

Primeiras provas: de 24 de Janeiro a 12 de Fevereiro de 1994 (Reinício de aulas: 14 de Fevereiro de 1994)

Segundas provas: de 23 de Maio a 11 de Junho de 1994

Fim de aulas: 20 de Maio de 1994

Exames finais:

Época normal: de 13 Junho a 2 de Julho de 1994.

Época de recurso: de 11 de Setembro a 1 de Outubro de 1994

\*\*\*\*\*

## PUBLICAÇÕES

### I - REVISTAS

*Cale*, Revista da Faculdade de Letras, I, Porto, 1966

*Revista da Faculdade de Letras* - Séries de:

*História*, I série: 1971-1974; II série: 1984 ss.

*Filosofia*, I série: 1970-1973; II série: 1985 ss.

*Filologia*, I série, 1973

*Línguas e Literaturas*, II série: 1984 ss.

*Geografia*, 1985 ss.

*Sociologia*, 1991 ss.

*Portugalia* (Instituto de Arqueologia), nova série, 1980 ss.

*Runa*, *Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos* (Coedição do Instituto de Estudos Germanísticos da FLUP), 1984 ss.

*Revista Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos* (Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto), 1990 ss

*Revista de História* (INIC/Centro de História da Univ. do Porto), 1978 ss

### II - OUTRAS PUBLICAÇÕES

CRUZ, António - *Papéis da Restauração. Selecção e Estudo Prévio por...*, I, Porto, Faculdade de Letras, "Publicações da Faculdade de Letras", 1967

MONTEIRO, Joaquim Rebelo Vaz - *Estudo Cartográfico de uma Viagem à Índia no século XVI*, Porto, Faculdade de Letras, "Publicações da Faculdade de Letras", 1970

CRUZ, António - *O Porto nas Navegações e na Expansão*, Porto, Faculdade de Letras, 1972

CURZ António - *Tempos e Caminhos. Estudos de História*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, "Publicações da Faculdade de Letras", 1973

PENEDOS, Alvaro José dos Penedos - *O Pensamento Político de Platão*, I, Porto, Faculdade de Letras, "Publicações da Faculdade de Letras", 1978

*Problemáticas em História Cultural* (Actas do Colóquio de Outubro, 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo I", 1987.

*Bibliografia Cronológica de Espiritualidade em Portugal. 1501-1700*, Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo II", 1988

*Duas Línguas em Contraste: Português e Alemão* (Actas do 1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Germanísticos, "Línguas e Literaturas - Anexo III", 1989

*"Fundo Primitivo" da Biblioteca Central. 1919-1928*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989

FARDILHA, Luís Fernando de Sá - *Poesia de D. Manoel de Portugal. I - Profana. Edição das suas Fontes*, Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo IV", 1991

*Espiritualidade e Corte em Portugal nos Séculos XVI-XVIII* (Actas do Colóquio de Maio, 1992), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo V", 1993

SOVERAL, Eduardo Abranches de - *Meditação Heideggeriana*, «Conferências da Faculdade de Letras do Porto - I», Porto, Ed. do Conselho Directivo, 1993

### III - TRABALHOS PUBLICADOS EM COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES

A - Com o CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS (Anexo à Universidade do Porto) (CEH):

#### 1 - REVISTAS:

*Studium Generale*, I série: 1953-1969, Centro de Estudos Humanísticos, Anexo à Universidade do Porto

*Lucerna. Cadernos de Arqueologia*, I série: 1961-1966, Centro de Estudos Humanísticos, Anexo à Universidade do Porto

## 2 - OUTRAS PUBLICAÇÕES:

CRUZ, Maria Isabel - *Novos subsídios para uma Edição Crítica da Lírica de Camões. Os Cancioneiros Inéditos de Madrid e do Escorial*, Porto, CEH, 1971

CRUZ, António - *O Porto na ^Génese dos Descobrimentos*, Porto, CEH, 1960

CRUZ, António - *As Invasões Francesas*, Porto, CEH, 1968

CRUZ, António - *Album de Paleografia* (Edição Provisória), Organizado por..., Porto, Faculdade de Letras do Porto - CEH, 1968

RAMOS, Luís António de Oliveira - *O Cardeal Saraiva*, Vol. I, Porto, CEH, 1972

SOVERAL, Eduardo S. Abranches - *O Método Fenomenológico: Estudo para a Determinação do seu Valor Filosófico*, Porto, C.E.H., "Amphitheatrum - XII", 1965

## B - Com o INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA (INIC):

### 1 - REVISTAS:

*Revista de História*, INIC-Centro de História (UP) (1978 ss.)

### 2 - OUTRAS PUBLICAÇÕES:

ARAÚJO, Luís Carlos Gomes de - *A Ética como Pensar Fundamental. Elementos para uma Problemática da Moralidade*, "Estudos Gerais. Série Universitária", Lisboa, IN-CM, 1992

BRITO, Ana Maria Barros de - *A Sintaxe das Orações Relativas em Português. Estrutura, Mecanismos Interpretativos e Condições sobre a Distribuição dos Morfemas Relativos*, "Linguística - 17", Porto, INIC/Centro de Linguística (U.P.), 1991

CARVALHO, José Adriano Moreira de Freitas - *Gertrudes de Hefia e Espanha*, "Literatura - 5", Porto, INIC/Centro de Literatura (UP), 1981

FERNANDES, José Alberto V. Rio - *A Foz. Contribuição para o Estudo do Espaço Urbano do Porto*, Porto, INIC/FLUP, 1985

FONSECA, Luís Alberto Adão da - *O Condestável D. Pedro de Portugal*, "História - 5", Porto, INIC/Centro de História (UP), 1982

HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *O Desembargo Régio (1230-1433)*, "História Medieval - 5", Porto, INIC/Centro de História (UP), 1990

MARQUES, Helder - *Região Demarcada dos Vinhos Verdes. Ensaio de Geografia Humana*, Porto, INIC/FLUP, 1985

MARQUES, João Francisco - *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, "História - 6", Porto, INIC/Centro de História (UP), 1986

MARQUES, João Francisco - *A Parenética Portuguesa e a Restauração - 1640-1668*, 2 vols., "História Moderna e Contemporânea - 2", Porto, INIC/Centro de História (UP), 1988

MARTINS, Luís Paulo Saldanha - *Níveis Urbanos no Noroeste de Portugal. Dimensão Populacional e do Comércio a Retalho*, Porto, INIC/FLUP, 1985

PINA, Maria Helena Mesquita - *Bertiandos. Actual Arranjo do Espaço Agrário*, Porto, INIC/FLUP, 1985.

PINTO, Maria da Graça Lisboa Castro - *Abordagem a Alguns Aspectos da Compreensão Verbal na Criança. Estudo Psicolinguístico do "Token Test" e de Materiais de Metodologia Complementar*, "Linguística - 8", Porto, INIC/Centro de Linguística (UP), 1988

SANTOS, Cândido dos - *Os Jerónimos em Portugal. Das Origens aos séculos do Século XVIII*, "Textos de História - 3", Porto, INIC/Centro de História (UP), 1980

SANTOS, Eugénio dos - *O Oratório no Norte de Portugal*, "Textos de História - 4", Porto, INIC/Centro de História (UP), 1982

SOUSA, Armindo de - *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, "História Medieval - 4", Porto, INIC/Centro de História (UP), 1990

VILELA, Mário Augusto Quinteiro - *O Léxico da Simpatia Humana e Social. Estudo sobre o Campo Lexical da Determinação Substantiva de Simpatia Humana e Social (1850-1900)*, "Linguística - 1", Porto, INIC/Centro de Linguística (UP), 1980

C - Com o NÚCLEO DE ESTUDOS FRANCESES DA UNIVERSIDADE DO PORTO:

1 - REVISTA:

*Intercâmbio*, 1990 ss

## 2 - OUTRAS PUBLICAÇÕES:

BRITO, Ferreira de - *Nas Origens do Teatro Francês em Portugal*, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1989

BRITO, Ferreira de - *Revolução Francesa. Emigração e Contra-Revolução*, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1989

BRITO, Ferreira de - *Voltaire na Cultura Portuguesa. Os Tempos e os Modos*, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1991

### D - Com a BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO:

EIRAS, Adriano - *Faculdade de Letras do Porto 1919-1931. Contribuição para a sua História*, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1989

### IV - PUBLICAÇÃO DE ACTAS DE COLÓQUIOS E CONGRESSOS REALIZADOS OU APOIADOS PELA FLUP: Ver no final do «Guia»

### V - OUTRAS PUBLICAÇÕES DA FACULDADE (Divulgação interna):

#### 1 - CONSELHO DIRECTIVO

*Guia do Estudante*, Porto, 1980/81 ss

*Faculdade de Letras. 1988-1989*, Porto, 1989

*Dissertações Académicas*, Porto, 1991

*Conferências da Faculdade de Letras do Porto*, Porto 1993 ss

#### 2 - BIBLIOTECA CENTRAL:

*Boletim Bibliográfico* (Semestral), 1979 ss. (A partir do vol. 13, nº 2, Jul./Dez 1991 editado também em suporte informático)

*Núcleo de Teses Existentes na Biblioteca Central da F.L.U.P.*, "Boletim Bibliográfico - Anexo I", Porto, 1989; 1992 (Edição também em suporte informático)

*Trabalhos de Docentes da F.L.U.P.*, "Boletim Bibliográfico - Anexo II", Porto, 1989

*Núcleo das Obras que Constituem o Fundo Ultramarino da Biblioteca*

- Central da F.L.U.P.*, "Boletim Bibliográfico - Anexo III", Porto,   
*Núcleo Documental do Instituto de Estudos Norte-Americanos*, "Boletim  
Bibliográfico - Anexo IV", Porto, 1990  
*Catálogo do Instituto de Estudos Ingleses*, Porto, 1992  
*Catálogo da Sala Brasileira «Adolfo Casais Monteiro»*, Porto, 1993  
*Bibliografias Temáticas*  
*Boletim de Sumários*  
*Reservados da Biblioteca Central*, 1ª ed., 1989; 2ª ed., 1990; 3ª ed.,  
1992  
*Actas das 4ª Jornadas PORBASE*, Porto, Biblioteca Central da FLUP,  
1991

VI - PUBLICAÇÕES DO CENTRO DE ESTUDOS NORTE DE PORTUGAL - AQUITÂNIA (CENPA):

- I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia*, Porto, Universidade do Porto - Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, 1986  
PEREIRA, Gaspar Martins - *O Douro. A Vinha, o Vinho e a Região de Pombal a João Franco*, Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, 1990  
*II Jornadas de Estudo Norte de Portugal-Aquitânia. L'Identité Régionale. L'Idée de Région dans l'Europe du Sud-Ouest* (CENPA, Bordéus, Março de 1988), Paris, CNRS, 1991

VII - PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO (AEFLUP):

1 - REVISTAS:

- Humanidades*  
*Ícone. Revista de Colaboração Artística*  
*Letras Solitas. Jornal da AEFLUP*



- III Jornadas de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia «O Poder Regional. Mitos e Realidades», CENPA - Universidade do Porto, Porto, 22-26 de Março de 1993  
1º Congresso de Arqueologia Peninsular (Faculdade de Letras do Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

### ACTAS DE COLÓQUIOS E CONGRESSOS

- O Porto na Época Moderna* (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1979), "Revista de História", Porto, INIC/Centro de História UP, vol. II, 1979, vol III, 1980  
*Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste* (Novembro de 1983), "Portugalia", Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Arqueologia, nova série, IV-V, 1983-1984  
*I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia* (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1984), Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia (CENPA), 1986  
*II Jornadas Luso - Espanholas de História Medieval* (Novembro de 1985), 4 vols., Porto, Centro de História UP/INIC, 1987, 1989, 1990  
*Problemáticas em História Cultural* (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo I", 1987  
*Victor Hugo e Portugal. No Centenário da sua Morte.* (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987). Actas do Colóquio, Porto, Ed. subsidiada pela Fundação Eng. António de Almeida e pela Fondation Calouste Gulbenkian, 1987  
*Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor* (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Ingleses, 1988  
*La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation* (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987), Porto, Association Internationale des Sociologues de Langue Française - Secção de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto, 1988  
*Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a sua Época"*, 5 vols., Porto, Universidade do Porto - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1989  
*Dois Línguas em Contraste: Português e Alemão.* Actas do 1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1988), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Germanísticos, "Línguas e Literaturas - Anexo III", 1989  
*Encontro de Literatura Suíça* (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1989), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Germanísticos, 1989  
*Eça e "Os Maias"*, I Encontro Internacional de Queirozianos (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1988), Porto, Edições ASA, 1990  
*II Jornadas de Estudo Norte de Portugal-Aquitânia (CENPA). L'Identité Régionale. L'Idée de Région dans l'Europe du Sud-Ouest* (Bordéus, março de 1988), Paris, CNRS, 1991  
*A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil* (Faculdade de Letras do Porto, 2-9 de Novembro de 1989), 2 vols., Porto, Universidade do Porto, 1992  
*Espiritualidade e Corte em Portugal nos Séculos XVI-XVIII* (Actas do Colóquio de Maio, 1992), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo V", 1993

COLÓQUIOS E CONGRESSOS PATROCINADOS OU APOIADOS PELA F.L.U.P.

- O Porto na Época Moderna* (Centro de História U.P., Novembro de 1979)
- Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste* (Instituto de Arqueologia, Novembro de 1983)
- I Jornadas de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia* (Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, Novembro de 1984)
- Victor Hugo e Portugal* (7-10 de Maio de 1985)
- II Jornadas Luso - Espanholas de História Medieval* (Novembro de 1985)
- Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor* (Instituto de Estudos Ingleses, 15-18 de Outubro de 1986)
- Problemáticas em História Cultural* (Instituto de Cultura Portuguesa, Outubro de 1986)
- I Congresso de Literaturas Marginais* (23-25 de Abril de 1987)
- La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation* (Maio de 1987)
- Óscar Lopes*. Homenagem da Associação de Estudantes da FLUP (Maio de 1987)
- II Jornadas de Estudo Norte de Portugal-Aquitânia (CENPA)*. *L'Identité Régionale. L'Idée de Région dans l'Europe du Sud-Ouest*, Bordéus, Março de 1988
- Congresso Internacional «Bartolomeu Dias e a sua Época»* (Universidade do Porto - Comissão Nacional dos Descobrimientos Portugueses, 21-23 de Setembro de 1988)
- Éça e "Os Maias"*, I Encontro Internacional de Queirozianos (Novembro de 1988)
- 1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão* (Instituto de Estudos Germanísticos, 6-7 de Outubro de 1988)
- Encontro de Literatura Suíça* (Maio de 1989)
- A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil* (Novembro de 1989)
- Colóquio Comemorativo do 150º do Nascimento de Thomas Hardy* (6-7 de Dezembro de 1990)
- Colloque International Edouard Glissant* (24-27 de Outubro de 1990)
- Colóquio Evocativo do 50º Centenário da Morte de F. Scott Fitzgerald* (Instituto de Estudos Norte-Americanos, 6-7 de Dezembro de 1990)
- Jornadas Literárias Suíças* (15-17 de Abril de 1991)
- Colóquio com Michel Mohrt* (Acad. Francesa) e com os romancistas Maurice Poiard e Catherine Axelrad (19-21 de Junho de 1991)
- Colóquio da Comissão Internacional de Diplomática* (9-12 de Setembro de 1991)
- Antero de Quental e o Destino de uma Geração*, Colóquio Internacional no Centenário da sua Morte (20-22 de Novembro de 1991)
- Colóquio «Educação, Cultura e Cultura Escolar»* (17 de Janeiro de 1992)
- Congresso «Municipalismo e Desenvolvimento no Noroeste Peninsular»* - 140º Aniversário da Fundação do Concelho do Marco de Canaveses (26-28 de Março de 1992)
- Noites de Sociologia «Mudam-se os Campos, Mudam-se as Cidades»; «Cultura, Trabalho e Formação das Identidades Juvenis»; «O admirável Mundo Novo da Empresa?»; «Novos Movimentos Sociais: o Adeus às Lutas?»* (29 de Abril, 7, 14, 20 de Maio de 1992)
- Encontro do «Núcleo de Estudos Mediévais - Linguística e Literatura»* (4 de Maio de 1992)
- Ciclo de Colóquios «Do Corpo Interdito ao Corpo Pedagógico»; «Determinismo(s) e Liberdade em Educação»* (Instituto de Ciências da Educação, 21-28 de Maio de 1992)
- Espiritualidade e Corte em Portugal (Séculos XVI-XVIII)* (Instituto de Cultura Portuguesa, 28-30 de Maio de 1992)
- XX Internationals Mediävistisches Colloquium* (13-20 de Setembro de 1992)
- VI Colóquio Ibérico de Geografia. A Península Ibérica - Um Espaço em Mutação* (Instituto de Geografia, 16-20 de Setembro de 1992)
- Linguagem*. Colóquio de Homenagem a Vergílio Ferreira, nos cinquenta anos da sua vida literária (28-30 de Janeiro de 1993)

# PROGRAMAS



## PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO

Docente: Prof. Doutor Manuel Augusto Ferreira da Silva

1. Evolução das ideias sociais e políticas e a definição da situação do indivíduo e dos grupos sociais nas suas relações com o poder e com a história.

2. A racionalidade científico-técnica e o seu impacto sobre as componentes normativa e expressiva das culturas. Dialéctica do sistémico e do existencial. O problema dos valores.

3. Intervenção da racionalidade científica na ordem política. Modificação do conceito de sistema político. A racionalidade em questão.

4. O homem, a realidade social e a legitimação da acção. A liberdade e as instituições, o poder e a violência, a violência e o discurso, a justiça e a democracia.

### BIBLIOGRAFIA

- ARENOT, H. - Condition de l'homme moderne, Paris, Calmann-Lévy, 1983
- "- Du mensonge à la violence, Paris, Calmann-Lévy, 1972
- "- Le système totalitaire, Paris, Seuil, 1972
- ARON, R. - Dix-huit leçons sur la société industrielle, Paris, Gallimard, 1962
- "- L'opium des intellectuels, Paris, Calmann-Lévy, 1968
- "- Les désillusions du progrès, Paris, Calmann-Lévy, 1969
- "- Marxismes imaginaires, Paris, Gallimard, 1970
- BAUDRILLARD - La société de consommation, Paris, Gallimard, 1974
- BOBBIO, N. - Direito e Estado no pensamento de Emmanuel Kant, Brasília, Edit. Univ. de Brasília, 1984
- CHATELET, F.; PISIER-KOUCHNER - Les conceptions politiques du XXe. siècle, Paris, PUF, 1981
- CHEVALIER, J.J. - Les grandes oeuvres politiques de Machiavel à nos jours, Paris, Colin, 1970
- DEUTSCH, K. - Política e governo, Brasília, Edit. Univ. de Brasília, 1983

- DUVERGER, M. - Introduction à la politique, Paris, Gallimard, 1974  
 "- Sociologie politique, Paris, Edit. Sirey, 1966
- FREUND, J. - L'essence du politique, Paris, Edit. Sirey, 1965  
 "- O que é a política?, Edit. Futura, 1974
- FROMM, E. - Psicanálise da sociedade contemporânea, Rio de Janeiro, Zahar, 1965
- GIDDENS, A. - Capitalismo e moderna teoria social, Lisboa, Presença, 1984
- HABERMAS, J. - Raison et légitimité, Paris, Payot, 1978
- ILLICH, I. - La convivialité, Paris, Seuil, 1973
- LEFEVRE, H. - Contra os tecnocratas, Lisboa, Moraes, 1968
- LLANO-BALLESTEROS - Ética y política en la sociedad democrática, Madrid, Espasa-Calpe, 1981
- MORIN, E. - Introduction à une politique de l'homme, Paris, Seuil, 1965  
 "- Pour sortir du Vingtième Siècle, Paris, Nathan, 1981
- MARCUSE, H. - L'homme unidimensionnel, Paris, Minuit, 1968
- RIESMAN - La faute solitaire, Paris, Arthaud, 1964
- RODRIGEUX ZUÑIGA - Raymond Aron y la sociedad industrial, Madrid, Instituto de la Opinión Publica, 1973
- SCHILING, K. - Histoire des idées sociales, Paris, Payot, 1962
- SCHUTZ, A. - Fenomenologia das relações sociais, Rio de Janeiro, Zahar, 1979
- TOUCHARD - História das ideias políticas, Lisboa, Europa-América, 1970
- WEBBER, M. - Le savant et le politique, Paris, Plon, 1954
- WEIL, E. - Philosophie politique, Paris, Vrin, 1971

# ESTATÍSTICA PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Docente: Dr<sup>a</sup> Teresa Pérez

## 1. Preliminares.

### 1.1 Introdução.

### 1.2. Funções da Estatística.

### 1.3. Noções básicas: relações entre a Estatística e a Sociologia.

### 1.4. Fases de um trabalho estatístico.

### 1.5. Estatística e medição de variáveis.

#### 1.5.1. Medidas nominais.

#### 1.5.2. Medidas ordinais.

#### 1.5.3. Medidas de intervalo.

#### 1.5.4. Medidas de quociente ou proporção.

#### 1.5.5. Tipos de variáveis.

## 2. Estatística descritiva univariada: a lógica da análise comparativa.

### 2.1. Importância da análise comparativa em Sociologia.

### 2.2. Tipos de comparações.

#### 2.2.1. Comparações entre grupos.

#### 2.2.2. Comparações entre um grupo e um indivíduo.

#### 2.2.3. Comparação entre o resultado de um estudo e um resultado standard.

### 2.3. Operações básicas de comparação.

#### 2.3.1. Organizações dos dados.

#### 2.3.2. Distribuições.

##### 2.3.2.1. Distribuição de frequências.

##### 2.3.2.2. Distribuição percentual.

##### 2.3.2.3. Distribuição acumulada.

#### 2.3.3. Percentis.

### 2.4. Técnicas básicas de representação gráfica.

## 3. Características de uma distribuição de frequência: tendência central, dispersão e forma. A distribuição normal.

### 3.1. Características de uma distribuição univariada.

### 3.2. Medidas de tendência central.

#### 3.2.1. Moda.

#### 3.2.2. Mediana.

#### 3.2.3. Média aritmética.

#### 3.2.4. Tipos especiais de médias.

3.2.5. Relação e comparação entre as medidas de tendência central.

3.3. Medidas de dispersão.

3.3.1. Desvio absoluto, desvio médio absoluto.

3.3.2. Variância e desvio padrão.

3.3.3. Variáveis normalizadas.

3.4. Forma de uma distribuição.

3.4.1. Características de assimetria e achatamento.

3.4.2. Medidas de forma: momento.

3.5. Distribuição normal.

3.5.1. A curva normal.

4. Inferência estatística.

4.1. Introdução.

4.2. Probabilidades: Noções básicas e definições.

4.2.1. Propriedades matemáticas das probabilidades.

4.2.2. Noções de análise combinatória.

4.3. Noções sobre amostragem.

4.3.1. Tipos de amostras.

4.3.2. Amostras aleatórias simples.

4.3.3. Estimadores e erros de amostragem.

4.3.4. Determinação do tamanho de amostra.

4.3.5. Outros tipos de amostragem probabilística.

4.3.6. Amostragem não probabilística.

5. Testes de hipóteses.

5.1. Introdução.

5.2. Uso dos testes em investigação.

5.2.1. Formulação de hipóteses estatísticas.

5.2.2. Escolha do teste.

5.2.3. Nível de significância.

5.2.4. Distribuição amostral.

5.2.4.1. Teorema do limite central.

5.2.4.2. Tendência central, variabilidade e forma de uma distribuição amostral.

5.2.5. Região de rejeição: Testes unilaterais e bilaterais.

6. Estatística descritiva bivariada.

6.1. Distribuições bivariadas.

6.2. Apresentação e análise de uma tabela bivariada.

6.2.1. Cálculo de percentagens numa tabela.

- 6.2.2. Distribuições condicionais mais complexas.
- 6.3. Características de uma associação de duas variáveis.
- 6.4. Obtenção de medidas de associação. Independência estatística e associação perfeita.

## 7. Medidas de associação para variáveis nominais e ordinais.

### 7.1. Medidas de associação para variáveis nominais.

#### 7.1.1. Coeficiente Lambda.

#### 7.1.2. Coeficiente Tau-y de Goodman Krushall.

### 7.2. Medidas de associação para variáveis ordinais.

#### 7.2.1. Tipos e cálculos de pares.

#### 7.2.2. Coeficiente Tau-a de Kendell.

#### 7.2.3. Coeficiente Gama de Goodman e Kruskal.

#### 7.2.4. Coeficiente d de Somers.

#### 7.2.5. Coeficiente Tau-b de Kendell.

#### 7.2.6. Coeficiente rho de Spearman.

## 8. Medidas de associação para variáveis de intervalo; regressão e correlação.

### 8.1. Equações de regressão linear.

#### 8.1.1. Relação entre duas variáveis estatísticas. Equação de uma recta.

#### 8.1.2. Equação de regressão e ajuste pelo método dos mínimos quadrados.

### 8.2. Correlação. Coeficiente r de Pearson.

### 8.3. Matriz de correlações.

### 8.4. Considerações finais sobre a selecção e interpretação das medidas de associação.

## 9. Testes de decisão para o uso de duas amostras.

### 9.1. Teste da diferença entre duas médias.

### 9.2. Teste da diferença entre duas proporções.

### 9.3. Teste do chi-quadrado para duas amostras.

#### 9.3.1. Teste do chi-quadrado para K amostras.

### 9.4. Testes de hipóteses de associação.

#### 9.4.1. Coeficiente de contingente c.

#### 9.4.2. Teste para o coeficiente rho de Spearman.

#### 9.4.3. Teste para o coeficiente gama.

#### 9.4.4. Teste para o coeficiente tau.

## 10. Análise de variância.

### 10.1. Introdução.

### 10.2. Análise de variância com um só factor.

### 10.3. Outros tipos de análise de variância.

### 10.4. Testes de decisão para o caso de correlação e regressão simples.

### 10.5. Análise de variância para variáveis não paramétricas.

#### 10.5.1. Análise de variância: teste de Kruskal-Wallis.

#### 10.5.2. Teste de Friedman para a análise de variância com dois factores.

## 11. Noções de Informática.

### BIBLIOGRAFIA

MANUEL GARCIA, Fernando - Introducción a la estadística en Sociología,

Col. "Textos", Madrid, Alianza Universidad, 1987

GRAIS, Bernard - Méthodes statistiques, Paris, Dunod, 1982

"- Statistique Descriptive, Paris, Dunod, 1982

MURTEIRA, Bento - Estatística Descritiva, Lisboa, McGraw-Hill, 1979

"- Probabilidade e Estatística, Lisboa, McGraw-Hill, 1979

MEYER, Paul - Probabilidades. Aplicações à Estatística, Rio de Janeiro, LTC/LIDEL, 1983

BLALOCK, Hubert - Social Statistics, McGraw-Hill, Inc., 1983

APORTOL, Tom - Calculus, vol. II, New York, J. Wiley & Sons, 1967

CALOT - Cours de Statistique Descriptive, Paris, Dunod, 1969

## ANÁLISE E TEORIAS DEMOGRÁFICAS

Docentes: Prof. Doutor António Teixeira Fernandes  
Dr. João Miguel Teixeira Lopes

**O. A Demografia como Como Ciência Social - Eixos temáticos para a abordagem de uma Sociologia da População.**

### **1. O Objecto de Estudo da Demografia.**

- 1.1. Breve abordagem histórica.
- 1.2. A emergência da Demografia científica.
- 1.3. Correntes actuais da Demografia - unidade e diversidade do objecto de estudo da Demografia contemporânea.

### **2. A Situação Demográfica Contemporânea.**

- 2.1. Unidade e Diversidade da situação demográfica mundial.
- 2.2. Unidade e Diversidade da situação demográfica europeia.
- 2.3. Unidade e Diversidade da situação demográfica portuguesa.
  - 2.3.1. As disparidades regionais.
  - 2.3.2. A emigração e suas implicações demográficas, económicas, sociais, políticas e culturais.
- 2.4. Cenários de evolução e grandes desafios demográficos.

### **3. Estruturas Demográficas e Características Sociais da População.**

- 3.1. Estruturas demográficas e estruturas sociais.
- 3.2. População e questões sociais contemporâneas.
  - 3.2.1. O desenvolvimento económico.
  - 3.2.2. A urbanização.
  - 3.2.3. As estruturas familiares.
  - 3.2.4. A educação.

### **4. Princípios e Métodos de Análise Demográfica.**

- 4.1. Análise dos aspectos globais da população.
- 4.2. A colheita e a qualidade dos dados demográficos.
- 4.3. A análise das variáveis demográficas.

## BIBLIOGRAFIA

ARROTEIA, Jorge Carvalho - A Evolução Demográfica Portuguesa, Lisboa, Biblioteca Breve (Ministério da Educação), 1989

Idem, - A Emigração Portuguesa - Suas Origens e Distribuição, Lisboa, Biblioteca Breve (Ministério da Educação), 1983

GASPAR, Jorge - Portugal, os Próximos 20 anos, Ocupação e Organização do Espaço, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987

MOUCHEZ, Philipe - Demographie, Paris, P.U.F. , 1968

NAZARETH, J. Manuel - Princípios e Métodos de Análise da demografia Portuguesa, Lisboa, Editorial Presença, 1988

SERRÃO, Joel - A Emigração Portuguesa, Lisboa, Livros Horizonte, 1989

TAPINOS, Georges - Éléments de Démographie, Paris, Ed. Armand Colin, 1985

VÁRIOS, "Espaço: Emigração e Retorno", - Revista Sociedade e Território, n.º. 8, 1989

## INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA CULTURAL

Docentes: Prof. Doutor António da Silva Costa  
Dr<sup>a</sup> Isabel Dias

### 1. Antropologia Cultural no conjunto das Ciências do Homem.

#### 1.1. Introdução.

1.1.1. A Antropologia no universo das Ciências Humanas.

1.1.2. O Homem, "ser-no-mundo", ser cultural.

#### 1.2. Domínios da Antropologia.

1.2.1. Antropologia Biológica.

1.2.2. Antropologia Pré-Histórica.

1.2.3. Antropologia Linguística.

1.2.4. Antropologia Psicológica.

1.2.5. Antropologia Social.

1.2.6. Antropologia Cultural.

1.2.7. Antropologias particulares: Antropologia Religiosa, Antropologia Política, Antropologia Desportiva, etc.

### 2. Investigação antropológica.

2.1. Objecto da antropologia: o estudo do Homem na sua diversidade.

2.2. Diversidade terminológica: Etnografia, Etnologia e Antropologia.

2.3. Antropologia e Sociologia: a ausência de barreiras estanques.

2.4. Cientificidade na Antropologia.

2.5. Métodos e técnicas de investigação. (a)

2.5.1. Observação Participante.

2.5.2. Análise Biográfica.

### 3. Elementos para uma história do pensamento antropológico

#### 3.1. Pré-história da Antropologia.

3.1.1. Descobertas etnológicas dos "viajantes" do séc. XVI.

3.1.2. "Mau Selvagem" e "Bom Civilizado".

3.1.3. "Bom Selvagem" e "Mau Civilizado".

3.1.4. Contributo dos navegantes portugueses.

#### 3.2. Determinação do conceito de Homem.

3.2.1. Várias noções de Homem.

3.2.2. Homem "ser cultural", "ser relacional".

- 3.2.3. Pressupostos do projecto antropológico.
- 3.2.4. Características do discurso antropológico.
- 3.3. Séc. XIX: A Antropologia como disciplina autónoma.
- 3.3.1. A Antropologia e a expansão colonial.
- 3.3.2. Hipótese fundamental: a unidade da espécie humana.
- 3.4. Estruturação da Antropologia.
- 3.4.1. Da Etnografia à Antropologia Cultural.
- 3.4.2. F. Boas (1858-1942) e B. Malinowski (1884-1942)
- 3.5. Primeiros teóricos da Antropologia.
- 3.5.1. E. Durkheim (1858-1917) e M. Mauss (1872-1950).
- 3.5.2. Principais correntes antropológicas: Antropologia americana, Antropologia britânica, Antropologia francesa.
- 3.6. Polos teóricos do pensamento antropológico actual.
- 3.6.1. Principais perspectivas: Antropologia simbólica, social, cultural, estrutural e sistémica, dinâmica.
- 3.6.2. Princípios epistemológicos das diferentes perspectivas.
- 3.6.3. Lugar privilegiado da Antropologia Cultural.
- 3.7. Trajectória da Antropologia portuguesa.
- 3.7.1. Origem e desenvolvimento histórico da Antropologia em Portugal.
- 3.7.2. O estado actual da Antropologia portuguesa.

#### 4. Da natureza à cultura.

- 4.1. Do biológico ao cultural e ao social.
- 4.1.1. Origens humanas: processo de hominização.
- 4.1.2. Nascimento da cultura: Homo Ludens.
- 4.1.3. Relação do Homem com o sagrado: Homo Religiosus.
- 4.1.4. Abertura ao mundo: destino cósmico do Homem.
- 4.1.5. Abertura à sociedade: destino sócio-político Homem.
- 4.1.6. Evolução cultural.
- 4.2. A cultura e as culturas.
- 4.2.1. A cultura como factor social: noções gerais cultura/civilização.  
Estrutura social.
- 4.2.2. A cultura segundo o antropólogo R. Linton.
- 4.2.3. Modelos culturais: reais e construídos.
- 4.2.4. Classificação das culturas segundo a extensão e o grau de desenvolvimento.
- 4.2.5. Cultura e personalidade.
- 4.2.6. Transmissão das culturas: inculturação, socialização, etc. Controlo social.
- 4.2.7. Relativismo cultural.

- 4.2.8. Caracterização da cultura portuguesa.
  - 4.2.8.1. Elementos fundamentais da cultura portuguesa.
  - 4.2.8.2. A cultura camponesa no Norte de Portugal: diferentes perspectivas de análise.
- 4.3. Cultura e comunicação.
  - 4.3.1. O Homem numa sociedade de comunicação.
  - 4.3.2. Universo dos sinais e capacidade do Homem para simbolizar.
  - 4.3.3. Formas de comunicação.
  - 4.3.4. Cultura e linguagem.
  - 4.3.5. Representações colectivas: mitos e rituais.
  - 4.3.6. Estrutura, funcionamento e significação do cenário espaço-temporal da existência humana.
  - 4.3.7. Aspectos lúdicos da cultura humana: jogos, festas e espectáculos.
    - 4.3.7.1. Análise das festividades, romarias e jogos característicos da cultura portuguesa.

## 5. Alguns domínios particulares da Antropologia

### 5.1. Antropologia religiosa

- 5.1.1. Categorias sociais fundamentais: o sagrado e o profano.
  - 5.1.2. Universalidade do fenómeno religioso.
  - 5.1.3. Formas religiosas arcaicas e grandes religiões de vocação universal.
- Cultura Cristã.
- 5.1.4. Fenómeno moderno da secularização. Metamorfose do sagrado com o advento da sociedade industrial.
  - 5.1.5. Cultura religiosa e cultura industrial. Preocupação da cultura moderna: descoberta da sua dimensão mítico-religiosa.
  - 5.1.6. Vestígios culturais do Homo Religiosus na sociedade actual.
  - 5.1.7. Religião e magia: desvirtuamento de crenças e rituais.
  - 5.1.8. Abordagem de aspectos particulares da religiosidade popular em comunidades rurais portuguesas.

### 5.2. Antropologia desportiva

- 5.2.1. Jogo e nascimento da cultura. Desporto um fenómeno eminentemente cultural.
- 5.2.2. Funcionamento do fenómeno desportivo no imaginário das massas populares visto através da imprensa desportiva.
- 5.2.3. O desporto como fenómeno mítico completo e coerente. Presença de símbolos e mitos arcaicos no desporto moderno.
- 5.2.4. Funcionamento religioso do fenómeno desportivo. Cenário desportivo e sua estrutura mítico-religioso; paralelismo dos comportamentos religioso e desportivo.

5.2.5. Tendo o mito como intermediário, tentativa duma hermenêutica desportiva do mundo, do Homem e da sociedade.

5.2.6. Contributo da hermenêutica desportiva para uma Antropologia filosófica de características universais.

5.2.7. Cultura desportiva e preocupações do Homem moderno. Ressurgimento da festa, problema da violência, desejo de sociabilidade, significação da estrutura espaço-temporal na sociedade humana.

5.2.8. Desporto moderno e arqueologia humana. "Homem desportivo" moderno, máscara industrial e secularizada do "Homo Religiosus".

5.2.9. O povo português visto através do seu desporto (Ex. Futebol).

6. Realização de trabalhos de investigação ou recensões críticas que terão como objecto temas abordados nas aulas e de preferência relacionados com a situação portuguesa.

## BIBLIOGRAFIA

### I. GERAL

AUZIAS, J. M. - L'anthropologie contemporaine, Paris, P.U.F., 1976

COLLEYN, J. P. - Eléments d'anthropologie sociale et culturelle, Bruxelles, Ed. U. Bruxelles, 1982

MAUSS, M. - Sociologia e Antropologia, Vols. I e II, S. Paulo, Ed. Pedagógica e Universitária, 1974

MESQUITELA LIMA, A. e outros - Introdução à antropologia cultural, Lisboa, Ed. Presença, 1987

TITIEV, M. - Introdução à antropologia cultural, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian (6<sup>a</sup>ed.), 1989

### II. INVESTIGAÇÃO ANTROPOLÓGICA

AUGUERA, T. M. - Metodologia de la Observacion en las Ciencias Humanas, Madrid, Col. Teorema, 1985

MADUREIRA PINTO, J. e Silva, A.S. (orgs.) - Metodologia em Ciências Sociais, Porto, Ed. Afrontamento, 1986

PINA DE CABRAL, J. - Notas críticas sobre a Observação participante no Contexto da Etnografia Portuguesa. Análise Social, vol. XIX, n<sup>o</sup>76, 1983

### III. ANTROPOLOGIA RELIGIOSA

CAILLOIS, R. - L'homme et le sacré, Paris, Gallimard, 1980

DURKHEIM, E. - Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse, Paris, P.U.F., 1985

ELIADE, M. - Traité d'Histoire des Religions, Paris, Payot, 1975  
ISAMBERT, F.A. - Le sens du sacré - Fête et Religion Populaire, Paris,  
Ed. Minuit, 1982

TEIXEIRA FERNANDES, A. - A Religião na Sociedade Secularizada,  
Porto, Liv. Civilização, 1972

#### IV. ANTROPOLOGIA DESPORTIVA

BLANCHARD, K. e CHESKA, A.T. - Antropologia del Desporte,  
Barcelona, Ed. Bella terra, 1986

COSTA, A.S. - Futebol de comeptição - Uma nova religião popular?,  
Rev. Vértice, Lisboa, n<sup>o</sup>10, Janeiro, 1989

HUIZINGA, J. - Homo Ludens, Paris, Gallimard, 1977

LIMA, T. - Alta competição - desporto de dimensões humanas?, Lisboa,  
Livros Horizonte, 1981

#### V. ANTROPOLOGIA PORTUGUESA

DIAS, J. - Estudos do carácter nacional português, Lisboa, Junta de Inv.  
do Ultramar, 1971

"- Os elementos fundamentais da cultura portuguesa, Lisboa, Imprensa  
Nacional, 1985

DIAS, J. - Rio de Onor, Lisboa, Presença, 1981

"- Vilarinho das Furnas - Uma aldeia comunitária, Lisboa, Imprensa  
Nacional, 1981

PINA DE CABRAL, J. - Breves considerações sobre o Estado da  
Antropologia em Portugal, Antropologia Portuguesa, vol.7, Universidade de  
Coimbra, 1989

NOTA: Nas aulas serão dadas mais referências bibliográficas relativas aos  
temas tratados.

## METODOLOGIA E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

Docente: Dr<sup>a</sup> Isabel Dias

1. Questões fundamentais de Epistemologia e Metodologia sociológicas (revisão e aprofundamento de algumas questões, tendo especialmente em conta a crítica das correntes fenomenologistas à tradição positivista das Ciências Sociais.

2. A elaboração de um programa de pesquisa empírica.

2.1. O papel da Teoria no processo de pesquisa empírica.

2.2. Os meios de trabalho teórico e as fases de pesquisa.

2.3. Os métodos de pesquisa empírica e as técnicas de recolha e análise de informação - descrição e proposta de classificação.

3. Os conceitos e sua operacionalização.

3.1. Problemas da construção de variáveis, da medida e da lógica das relações entre variáveis.

3.2. Causalidade e Explicação em Sociologia.

4. Metodologia da análise extensiva.

4.1. Técnicas de construção de amostras representativas de uma população.

4.2. Técnicas de inquérito.

4.2.1. O inquérito por questionário: problemas de planeamento, de elaboração e aplicação do questionário e de análise dos dados recolhidos.

4.2.2. Testes e medidas de atitudes e opiniões.

4.2.3. As entrevistas: tipologia segundo os objectivos e a técnica de execução.

5. Análise de Documentos: análise documental "Clássica" e análise de Conteúdo.

6. Metodologia dos estudos de caso.

6.1. Monografia e estudo de comunidades: dos procedimentos clássicos à sua crítica e reconversão.

6.2. Observação sistemática e observação participante.

6.3. Reflexão sobre as virtualidades e limitações de trabalho sociológico no terreno.

6.4. Abordagem biográfica: histórias da vida e genealogias.

7. Pesquisa orientada para a intervenção: a investigação-acção.

8. Experimentação: a extensão do método das Ciências Naturais às Ciências Humanas.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira - A Investigação nas Ciências Sociais, Lisboa, Presença, 1982

BARDIN, Laurence - Análise de Conteúdo, Lisboa, Ed. 70, 1979

BLALOCK, Hubert - Introducción a la Investigación Social, Buenos Aires, Amorrortv, 1970

BULMER, Martin (ed.) - Sociological Research Methods - an Introduction, Londres, MacMillan

GARCIA FERNANDO, Manuel - Introducción a la Sociología, Madrid, Alianza

GHIGLIONE, Rodolphe; MATHALON, Benjamim - Les enquêtes sociologiques - théorie et pratique, Paris, Armand Colin, 1978

GRAWITZ, Madeleine - Méthodes des sciences sociales, Paris, Dalloz, 1964

JAVEAU, Claude - L'enquête par questionnaire, Éditions de l'Université de Bruxelles, Paris, 3ª Edição

MAINZ, Renalt; HOLM, K.; HOEBNER, P. - Introduction to empirical sociology, Middlesex, Penguin, 1976

MILLS, Charles Wright - A Imaginação Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar, 1980

PINTO, José Madureira - Questões de Metodologia Sociológica, (I), (II) (III), "Cadernos de Ciências Sociais, nº1,2,3, Porto

RILEY, Matilda W.; NELSON, Edward E. (orgs.) - A observação Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar

SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (orgs.) - Metodologia das Ciências Sociais, Porto, Afrontamento, 1987

## PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO

Docente: Dr<sup>a</sup> Paula Camanho

### I. Noção de Direito

#### A - Direito e coacção

1. Visão sociológica: o Direito como ordem de coacção.
2. Visão jurídica: o Direito como uma ordem com um "sentido".
3. Questões que se suscitam o propósito da coacção. A legitimidade da coacção. A necessidade da coacção.
4. O Direito e a força - o Direito e o poder político.

#### B - O facto e a norma - A teoria da força normativa dos factos.

#### C - O Direito e o Estado.

1. A relação entre o Direito e o Estado.
2. Problema de saber se todo o Direito é estadual:
  - a) O Direito Internacional.
  - b) O Direito das comunidades "primitivas".
  - c) O Direito de fonte não estadual.

#### D - O Direito e a Segurança.

#### E - O Direito e a Moral.

### II. Ramos de Direito

1. Direito Público e Direito Privado: critérios de distinção. Alcance prático da distinção.
2. Ramos do direito público.
3. Ramos do direito privado.
4. Outros ramos do Direito e novos ramos de Direito.

### III. A norma jurídica

1. Estrutura da norma jurídica: previsão e estatuição.
2. Características das normas jurídicas.
3. Classificação das normas jurídicas:
  - 3.1. Normas perceptivas, proibitivas e permissivas.
  - 3.2. Normas universais, regionais e locais.

- 3.3. Normas gerais e normas excepcionais.
- 3.4. Normas de direito comum e normas de direito especial.
- 3.5. *Leges plus quam perfectae*, *leges perfectae*, *leges minus quam perfectae* e *leges imperfectae*.
- 3.6. Normas autónomas e não autónomas e disposições normativas incompletas.
- 3.7. Classificação das normas tomando como ponto de referência a autonomia privada.

#### IV. Codificação e técnicas legislativas

1. Noção de Código, estatutos, leis orgânicas, leis avulsas e legislação extravagante.
2. Partes gerais, remissões, ficções, definições e presunções.
3. Os conceitos indeterminados e as cláusulas gerais.

#### V. A Tutela do Direito e a Garantia dos direitos

1. Introdução - o aparelho estadual de coacção e a tutela do Direito.
2. Meios de tutela jurídica.
  - 2.1. Tutela preventiva.
  - 2.2. Medidas compulsivas.
  - 2.3. Meios de tutela reconstitutivos: reconstituição in natura, reintegração por mero equivalente, compensação.
  - 2.4. Sanções punitivas.
  - 2.5. Invalidade e ineficácia dos actos jurídicos.
  - 2.6. Tutela privada e autotutela dos particulares.
  - 2.7. Classificação dos meios de tutela do direito.
3. Tutela administrativa e garantias administrativas.
4. Tutela judiciária.
  - 4.1. Tribunais como órgãos de soberania.
  - 4.2. Imparcialidade e independência dos tribunais.
  - 4.3. Organização judiciária.

#### VI. Fontes de Direito e vigência das normas

1. Noção. O problema.
2. Enumeração e classificação das fontes de direito.
3. A lei, os assentos, o costume, a jurisprudência, a doutrina, os princípios fundamentais de direito.
4. Entrada em vigor da lei.
5. Termo de vigência da lei.
6. Hierarquia das fontes e das normas.

## 7. Conflitos de normas.

### VII. Interpretação e integração da lei

#### 1. A interpretação da lei.

##### 1.1. Noção.

##### 1.2. Interpretação doutrinal e interpretação autêntica.

1.3. A querela dos métodos: orientação subjectivista; orientação objectivista. Balanço entre as duas correntes.

##### 1.4. Elementos de interpretação.

##### 1.5. Resultados da interpretação.

#### 2. A integração da lei.

##### 2.1. Noção.

##### 2.2. A obrigação de julgar.

##### 2.3. Noção e espécies de lacunas.

##### 2.4. A determinação das lacunas e a colmatação das lacunas.

##### 2.5. O recurso à analogia e o recurso a uma norma "ad hoc"

### VII. A aplicação da lei no tempo e no espaço

1. A aplicação da lei no tempo. O problema. As soluções possíveis (breves noções).

2. A aplicação da lei no espaço.

VIII. Princípios fundamentais do Direito Civil português: o valor da pessoa humana expresso no reconhecimento da pessoa e dos direitos de personalidade: o princípio da autonomia privada e da liberdade contratual: o princípio da responsabilidade civil.

#### 1. Direitos de personalidade.

##### 1.1. Significado e características.

##### 1.2. Técnica legal de protecção da personalidade.

##### 1.3. A relevância do consentimento do lesado.

##### 1.4. Meios de reacção.

#### 2. Princípio da autonomia privada.

##### 2.1. O direito subjectivo e o princípio do abuso do direito.

2.2. O negócio jurídico, maxime o contrato e o princípio da liberdade contratual.

##### 2.2.1. Significado e importância deste princípio.

##### 2.2.2. Liberdade de celebração e de modelação do conteúdo contratual.

##### 2.2.3. Excepções e limites à liberdade contratual.

3. Princípio da responsabilidade civil.
  - 3.1. Significado e pressupostos.
  - 3.2. Responsabilidade extracontratual.
    - 3.2.1. Responsabilidade por factos ilícitos.
    - 3.2.2. Responsabilidade pelo risco.
    - 3.2.3. Responsabilidade por factos lícitos.
  - 3.3. Responsabilidade contratual.
  - 3.4. A obrigação de indemnização. Tipos de danos (patrimoniais e não patrimoniais).

## IX. Da Relação Jurídica em geral

### A - Noções preliminares.

1. Noção.
2. Estrutura da relação jurídica: direito subjectivo propriamente dito e direito potestativo.
  - 2.1. Distinção dos poderes deveres. Exemplos.
  - 2.2. Distinção das simples expectativas, das faculdades e do ónus jurídico.
  - 2.3. As obrigações naturais.
  - 2.4. O direito potestativo (constitutivo, modificativo ou extintivo) e a sujeição. Exemplos.
3. Relação jurídica simples ou singular e relação jurídica complexa: alusão aos deveres acessórios, laterais, ónus e expectativas.
4. Elementos da relação jurídica: sujeito, objecto, facto jurídico e garantia - ideia geral.

### B - Sujeitos da relação jurídica

1. Personalidade e capacidade jurídica.
2. Capacidade jurídica e capacidade de exercício de direitos.
3. Pessoas singulares e pessoas colectivas.

### Pessoas singulares

1. Começo da personalidade jurídica.
2. A protecção dos nascituros.
3. Determinação da capacidade negocial de gazo.
4. Incapacidade de exercício: breve referência à menoridade, à interdição e à inabilitação.
5. Situação do falido e do insolvente civil. Apreciação dos actos.

## Pessoas colectivas

1. Conceito e finalidades.
2. Elementos constitutivos das pessoas colectivas: o abstracto e o reconhecimento.
3. Classificações.
4. Breve referência à capacidade (de gozo) das pessoas colectivas.

### C - Objecto da relação jurídica

1. Noção.
2. Distinção entre objecto imediato e mediato.

### D - Facto jurídico

1. Noção.
2. Aquisição, modificação e extinção de relações jurídicas. Ideia breve. Referência especial à importância e valor do instituto do registo e seu modo de funcionamento.

### 3. Negócio jurídico.

#### 3.1. Noção e importância.

#### 3.2. Classificações: unilaterais, bilaterais ou contratos.

3.3. Elementos essenciais do negócio jurídico: capacidade e legitimidade (remissão); declaração negocial sem anomalias; idoneidade do objecto.

Análise particular de alguns aspectos da declaração negocial: expressa ou tácita, formal ou consensual; espécies de forma: legal ou convencional; consequências da inobservância de forma legal - nulidade; o princípio da liberdade de forma e algumas excepções a esse princípio; o valor do silêncio.

4. Referência breve a divergências intencionais-simulação; reserva mental; declarações não sérias; - e não intencionais-erro-obstáculo ou erro na declaração; coacção física e absoluta-entre a vontade e a declaração.

Referência breve a vícios da vontade: erro-vício; coacção moral; incapacidade acidental; estado de necessidade.

#### 5. Invalidade: nulidade e anulabilidade.

### E. Garantia (remissão)

## X. Da Relação Jurídica em especial

### A - Relação obrigacional

#### 1. Fontes.

1.1. Contrato: noção; espécies; princípio da liberdade contratual - remissão; eficácia real; contrato-promessa.

1.2. Negócios unilaterais: noção.

1.3. Gestão de negócios: noção.

1.4. Enriquecimento sem causa: noção

1.5. Responsabilidade civil - remissão.

2. Garantia da obrigação - ideia geral; património autónomo ou separado - noção e exemplos.

2.1. Meios conservatórios da garantia patrimonial: declaração de nulidade; sub-rogação do credor ao devedor; impugnação pauliana; arresto.

2.2. Garantias especiais: garantias pessoais - referência particular à fiança; garantias reais - referência particular ao penhor e à hipoteca.

## B - Relação real

1. Direito real - noção; características: direitos absolutos e de exclusão; a obrigação passiva universal; o princípio da tipicidade.

2. Meios de aquisição da propriedade.

3. O direito de propriedade - noção e principais características. Formas (breves noções):

3.1. Propriedade de imóveis.

3.2. Propriedade das águas.

3.3. Compropriedade.

3.4. Propriedade horizontal.

4. Direitos reais limitados: (breves noções)

4.1. Usufruto, uso e habitação.

4.2. Direito de superfície.

4.3. Servidões prediais.

## C - Relação familiar

1. Fontes da relação familiar.

2. Convenção antenupcial e regime de bens.

## D - Relação sucessória

1. A morte e a vocação sucessória. Tipos de sucessores: herdeiros e legatários.

2. Espécie de sucessão: legal (legítima e legitimária) e voluntária (testamentária e contratual).

3. Sucessão legítima; ordem sucessória.

4. Sucessão legitimária.

- 4.1. Legítima e quota disponível.
- 4.2. Herdeiros legitimários.
- 4.3. Redução de liberalidades.
- 4.4. Deserdação.
5. Sucessão testamentária.
6. Referência breve à colação.

## LÍNGUA VIVA II (Instrumento de Trabalho) - Inglês

Docente: Dr. Ian Charles Rowcliffe

### WORK AS A DEFINING QUALITY

You'll make a million bucks uo there.

Leadership and Followership.

Social Research.

Documents of Life.

A Linguist.

A Lifeguard.

A Street Vendor.

In and Out of Work.

Casual Labour.

Some Investigations.

### YOUTH

The ways of the young.

Music as a Youth Phenomenon

### WELFARE

Theory of welfare.

Designing for the dole.

Reforming the welfare monster.

Welfare spurs family breakdown.

### SOCIOLOGY OF HEALTH

Introduction.

Stirring Up Trouble.

The Lessons of AIDS.

Trends in AIDS.

How the Other Half Dies.

Child Abuse.

The Moral Society.

Developing Social Norms.

Identity - Who am I?

She didn't understand what went wrong. (Do you?)

Teens Need Family not Bureaucrats.

Gratification of Prejudice.

Situational Factors in Prejudice.

Changing Prejudice.

## TOWN PLANNING

Community.

How to manage housing.

Urban regeneration.

Dual approach on homelessness.

The ghost of Rachman.

Thamesmead: the new model town.

Thatcher's blueprint for the inner cities.

Consequences of Bad Town Planning.

Stalk Shout for Shelter.

Plan Your Own Town.

## BIBLIOGRAPHY

The Futurist May/June 1990. Interview July 1990. The Sciences 9/90  
Scientific American May 1990. Human Behaviour 1978. Insight 1987. New Society  
1986/7/8.

WRENCH, D. - Psychology. A Social Approach. McGraw-Hill Inc. 1969

## LÍNGUA VIVA II (Instrumento de trabalho) - Francês

Docente: Dr<sup>a</sup> Isabelle Serra

### Objectifs generaux

1. Amélioration de la compétence orale:
  - 1.1. Déchiffrage de documents.
  - 1.2. Exercices de mimétisme.
  - 1.3. Présentation de textes, exposés, débats.
  
2. Elargissement des compétences à l'écrit:
  - 2.1. Compte rendus et commentaires de textes.
  - 2.2. Résumés de textes.
  
3. Perfectionnement des compétences grammaticales:
  - 3.1. Vérification des acquis.
  - 3.2. Systématisation des connaissances.
  - 3.3. Étude et emploi des tournures idiomatiques.
  - 3.4. Sensibilisation à la notion de variété de discours.

### BIBLIOGRAPHIE:

- Dictionnaire

ROBERT, P. - Le Petit Robert Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française. Paris, Le Robert ed., dernière édition

### NOTE:

a) La bibliographie sera fournie lors du premier cours.

b) L'épreuve orale de fin d'année (obligatoire pour tous les étudiants portera sur les textes étudiés en cours dans le courant de l'année.



## ÍNDICE

Pensamento Social e Político . . . . .	1
Estatística para as Ciências Sociais . . . . .	3
Análise e Teorias Demográficas . . . . .	7
Introdução à Antropologia Cultural . . . . .	9
Metodologia e Técnicas de Investigação . . . . .	14
Princípios Gerais de Direito . . . . .	16
Língua Viva II - Inglês . . . . .	23
Língua Viva II - Francês . . . . .	25